

---

# O GOLPE DE 2016: O BRASIL E O FUTURO DA NAÇÃO

## THE COUP OF 2016: BRAZIL AND THE FUTURE OF THE NATION

José Misael Ferreira do Vale<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O texto ora apresentado evidencia que a luta política na atual República Federativa do Brasil acontece mediante conflito entre forças opostas e o uso da “Estratégia da Conciliação”, sugerida por Michel DEBRUN, que o Autor deste artigo complementou com a expressão Conciliação “pelo Alto” que denuncia a não participação popular no processo de tomada de decisão. O espaço político brasileiro sempre evidenciou “arranjos” de posições conflitantes que procuram evitar os confrontos diretos de forças divergentes. Há sempre, entre a burguesia dominante, o receio de colocar o povo nas ruas. Daí, a procura de entendimento pelo alto, no sentido da acomodação de conflitos, com a utilização de expedientes que revelam o “oportunismo”, “a má-fé”, “o fisiologismo”, “a traição”, “o golpe branco”, “a compra de votos” e outras práticas não recomendadas pela consciência moral do povo sofrido.

**Palavras-chave:** Política no Brasil. Política Republicana. A “Conciliação pelo Alto”. Conflito e Confronto. Política e Ética. Instrumentos de Dominação. “Poder e Oportunismo”. O “fisiologismo” político.

**ABSTRACT:** The text presented here demonstrates that the political struggle in the current Federative Republic of Brazil occurs through conflict between opposing forces and the use of the “Conciliation Strategy”, suggested by Michel DEBRUN, that the author of this article complemented with the expression “Conciliation by the High” that denounces the non-participation of the people in the decision-making process. The Brazilian political space has always evidenced “arrangements” of conflicting positions that seek to avoid the direct confrontations of divergent forces. There is always, among the ruling bourgeoisie, the fear of putting people on the streets. Hence, the search for a

---

<sup>1</sup> Bacharel e licenciado em Filosofia pela USP. Mestre em Educação pela FEUSP. Doutor em Educação pela PUC/SP. Docente por 50 anos no magistério público de São Paulo. Ex-Diretor da Faculdade de Ciências da UNESP Campus de Bauru. Integrante da Diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Bauru. Autor de inúmeros textos sobre Educação Escolar. Realizador de inúmeros projetos pedagógicos sobre Educação Escolar no período de 1957 – 2007. E-mail: jmisaelfale@yahoo.com.br.

Artigo recebido em maio de 2018 e aceito para publicação em junho de 2018.

higher understanding, in the sense of accommodating conflicts, with the use of expedients revealing “opportunism”, “bad faith”, “physiology”, “betrayal”, “The purchase of votes” and other practices not recommended by the moral conscience of the people suffered.

**Key words:** Politics in Brazil. Republican politics. The “Conciliation on High”. Conflict and Confrontation. Politics and Ethics. Instruments of Domination. “Power and Opportunity”. Political “physiology.”

Ao escrever, em 1983, pela Editora Brasiliense, o livro *A Conciliação e Outras Estratégias*, o autor francês Michel DEBRUN, de quem fui aluno de Ciência Política e Ética, na década de 1960, na USP, afirmava que “os eixos da política brasileira não mudaram fundamentalmente desde a Independência.”. M. DEBRUN dizia que em decorrência da grande “diversidade de conjunturas”, as forças dominantes da nação brasileira sempre reagiram lançando mão de um número limitado de estratégias políticas, sempre as mesmas, dentre as quais se avultava a Conciliação pelo Alto, isto é, os acordos entre as facções políticas rivais que disputavam o poder político da nação; na verdade, os recursos financeiros do país, sem a participação efetiva do povo. Pode-se dizer que a Conciliação pelo Alto é forma de acomodação entre adversário de um sistema político nitidamente conservador.

Impressionado com o filme *O Cangaceiro*, de Lima Barreto, que assistira na França em 1954, ficou ainda mais interessado pelo Brasil quando tomou ciência de que o General, depois Marechal, Henrique Teixeira Lott resolvera impasse político pondo em marcha o “golpe contra o golpe”, em 1955, com o fim de retomar a normalidade constitucional ameaçada por parcela política avessa à tomada de posse do presidente e vice-presidente eleitos do país.

Nossa cultura sedimentada em mais de 500 anos impressionara o professor francês que logo percebera o “fisiologismo brasileiro” em atitudes como o favorecimento deslavado a poucos privilegiados em detrimento de ajuda às enormes populações carentes, necessitadas praticamente, de tudo. O famoso “jeitinho brasileiro” nunca deixou o espaço sociopolítico, desde o alto escalão até a base da pirâmide social da sociedade brasileira na fala e percepção do professor DEBRUN. Não lhe escapou, também, o nível de negociata existente em função do domínio político da sociedade brasileira *patrimonialista* que viria a se confirmar, atualmente, de maneira clara e evidente por meio de escândalos que envergonham a nação brasileira.

No Brasil a mentalidade política voltada para a corrupção tem longa história a começar pelas administrações municipais. Lembro-me do caso de prefeito que necessitou adquirir uma moto-niveladora para manter as estradas de terra em condições de trânsito e, ao pagar a importante máquina, com poucos recursos de pequeno município paulista, teve uma surpresa. O vendedor do maquinário apresentou-lhe um “cheque de gratificação”, melhor de “gratidão”. Ao recusar o “agrado” ouviu do vendedor a seguinte observação: “Não se preocupe Senhor Prefeito, a gratificação é uma praxe no caso de toda aquisição de moto-niveladora”. Não custa dizer que o mencionado administrador municipal morreu pobre, mas firme nas convicções éticas. Não foram poucos, entretanto, os políticos que entraram pobres na administração municipal e saíram donos de propriedades rurais de tamanho respeitável ou de áreas urbanas adquiridas a baixo custo para posterior partilha em lotes, com garantido futuro lucro imobiliário.

Os casos de corrupção federal e estadual configuradas em malas recheadas de dinheiro vivo, dinheiro acomodado em bolsos e caixas, o assalto tramado a bancos e empresas estatais, a ação de empresários abonados a investir em candidatos para recompensa futura, “o toma lá, dá cá” famoso como troca de favores, não me causaram surpresa alguma. A parceria político/empresário sempre comandou a rapinagem do dinheiro arrecadado do povo pela via de impostos através do expediente de construção de “obras públicas” superfaturadas por meio de inúmeros “adendos” aos contratos

iniciais. A parceria sempre atendeu aos dois lados: o empresário invejoso da capacidade estatal de arrecadar dinheiro limpo sem esforço e o político ávido por realizar obras através da iniciativa privada a lhe cimentar o sucesso pelo caminho eleitoral. Desde a Revolução de Trinta, em grande parte, o empresariado brasileiro dependeu do favor estatal através de empréstimos, em muitos casos, jamais amortizados ou, quando não, perdoados, em mais da metade da dívida devida. O capitalismo brasileiro, desde seu início, sempre dependeu das benesses do Estado brasileiro tornando-se um modo de produção sem maiores riscos. Quando o governo pensa em cobrar, de fato, a dívida corre o risco de ser apeado do poder... Ou, no mínimo, sabotado, pelas camadas dominantes, ao se utilizar o discurso contra o pagamento de imposto, como se toda República (em qualquer parte do mundo civilizado) pudesse gerar benefícios à população em geral sem um mínimo de arrecadação justa de todos os cidadãos a favor do desenvolvimento nacional. Infelizmente nem sempre o dinheiro é usado para o chamado “bem comum”.

“Nada de novo no quartel de Abrantes” como diziam os antigos que, aliás, sabiam de tudo e nada diziam para evitar perseguição e outros aborrecimentos que toda gente conhece através do “ouvir dizer” ou da literatura que, bem ou mal, reflete o contexto perverso e injusto do País. A democracia brasileira que deveria ser transparente sempre escondeu negócios estranhos e escusos ao povo. A res publica sempre foi assaltada por oportunistas travestidos de políticos. Sempre faltou a estes o real espírito republicano de servir à sociedade, ao “bem comum”, valorizando o serviço público em todos os níveis. Aliás, como administrar o País de dimensões continentais sem contar com servidores públicos para atender as necessidades sociais? Num País imenso com carência de toda espécie não se pode falar propriamente em “Estado Mínimo”. Sem gente não se promove as necessidades das pessoas. E a nação se faz com gente com propósito e Educação oferecida a todos sem discriminação.

Michel DEBRUN percebeu que havia em terras brasileiras o *fisiologismo* de raiz, exemplificado em atos como o favorecimento deslavado de pessoas e instituições, o “jeitinho” brasileiro para quase tudo, o “deixa disso e vem para cá”, o “vamos ao entendimento”, pois é certo que sairemos bem no negócio, o injusto Q.I. (a significar: quem indica o interessado para determinada função ou cargo?), o “Toma lá, dá cá”, já citado mais ao alto, foram alguns dos expedientes utilizados para a manutenção da subordinação entre dominador-dominado. Numa “canetada”, antes da vigência dos concursos públicos, na década de 1920, o chefe político da região “nomeava” a pessoa para cargos e funções. “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei” foi, por exemplo, a linha de ação da política brasileira do PRP, na Primeira República, e, mais tarde, durante a ditadura getulista do Estado Novo.

A tudo isso, acrescenta-se que em terras brasileiras é comum a credence, a religiosidade oportunista, a formação de grupos poderosos de toda espécie, chegando aos casos de traição entre políticos, como aconteceu em 2016, até o recurso ao expediente da delação, historicamente presente desde a Inconfidência Mineira, por meio da conhecida traição de Joaquim Silvério dos Reis recompensado com bens, a viver bem, posteriormente, como prêmio, em Belém do Pará, para onde se mudou após a descoberta da Conspiração Mineira e o consequente castigo real português aos partícipes da conjuração.

O que importa para o político, sem projeto político de nação, é jogar a favor do dominador; daí, a tradicional acomodação e aglutinação diante do poder instituído, aquilo que se convencionou chamar de a “estrutura brasileira de autoridade”, sempre presente na relação autoritária superior-subordinado. Com exceção dos períodos de ditadura (Estado Novo e o golpe de 1964-1985) a dominação brasileira sempre quis evitar a violência explícita. Sempre foi necessário esconder a verdade dos fatos para, assim, reforçar o poder. A regra é procurar a Conciliação pelo Alto, por meio de cooptação e acomodação dos conflitos para evitar o confronto real de forças oponentes. O político manhoso não quer o povo nas ruas e muito menos cair em desgraça perante o superior.

A Independência (confirmada, de fato, após a retirada para Portugal do General Madeira com as tropas portuguesas das terras baianas, em 1823), a Abolição, a Proclamação da República, a Posse de Juscelino, o período do Governo e morte de Getúlio Vargas, a posse de Café Filho, a renúncia de Jânio, o governo e a deposição de Jango, o período chamado de “populismo” de 1945-1964 revelam, todos, a preocupação da elite dominante em acomodar pelo alto as divergências entre as forças dominantes divergentes da burguesia em conflito ou choque iminente. Lembre-se que Jango houve, por bem, evitar o derramamento de sangue por ocasião do golpe armado de 1964, segundo manifestação de Darcy Ribeiro. Atitude prudencial que custou ao Brasil 20 anos de ditadura e crimes impunes, como o da morte do jornalista Vladimir Herzog, do operário Manoel Fiel Filho que participava de greve e a primeira vítima do novo sistema, Gregório Bezerra, no Recife e muitos outros inconformados com o regime de exceção executado com o aval dos americanos do norte através do Governo Kennedy representado no país pelo embaixador Lincoln Gordon.

O expediente da Conciliação pelo Alto usou de recursos, muitas vezes escusos como no caso do Senador que agiu rapidamente declarando o País sem Presidente quando ainda Jango estava em território nacional. Medida que revoltou sobremaneira o Senador Tancredo Neves. Quando este, eleito presidente, faleceu, forças opostas entraram em disputa, somente dirimida pela “sugestão” imposta pelo General Leônidas Pires Gonçalves ao propor a posse do conservador José Sarney, vice-presidente, como presidente do Brasil. É bom lembrar que Jango não caiu por defender as Reformas de Base, como sempre se disse, mas porque no comício da Central do Brasil ousou ferir a hierarquia militar, algo intocável, para as forças armadas do País. Na ocasião do famoso comício da Central estava em casa de parente em São Paulo com minha mãe. Ao término da fala presidencial pela televisão arrisquei-me a dizer à minha genitora que Jango não ficaria no governo da nação em virtude de “adesão” política aos cabos e sargentos sem levar em conta os generais do exército. E foi um general cooptado por civis que sucedeu a Jango no poder, numa linha posterior de sucessão de generais, até 1985.

Em 2016, assistimos à traição da “Presidenta”, democraticamente eleita por mais de 50 milhões de brasileiros. Os adversários políticos não tiveram respeito para com a Presidente e não consideraram a *dialética da quantidade e da qualidade* inerente ao regime eleitoral democrático. Não se respeitou a quantidade, ponto básico da dialética que determinou, afinal, o vencedor da eleição majoritária num País de dimensões continentais. Desvalorizou-se, num golpe, a vontade de milhões. Conduziu o processo de impedimento para o âmbito jurídico-institucional evitando a manifestação da vontade popular. O impedimento foi tramado por várias entidades ao se usar o expediente superestrutural da Conciliação pelo Alto. As forças armadas ficaram a observar os acontecimentos sem participar de imediato da disputa. Queiram os fados que permaneçam como guardiões da Constituição sem aspirações ao comando do País.

Quando o vice-presidente foi cooptado de modo visível pelos *industriais, banqueiros, pela justiça, grandes proprietários rurais* e, por fim, pelo *Congresso Nacional*, na sua maioria, apoiado e conduzido pelo então PMDB (hoje MDB), pelos evangélicos, pelo “Centrão” e diretamente, pela *maçonaria, o lado político* da Conciliação pelo Alto mostrou a sua face no sentido de criar a hegemonia necessária para assumir o poder sem derramamento de sangue, pois o debate e a crise precisavam acontecer dentro da *legalidade constitucional*, sem envolver diretamente as forças armadas e forças rebeldes da oposição.

Infelizmente, a Presidente e o seu grupo de apoiadores não foram capazes de aproveitar dos principais projetos sociais (Bolsa Família, PAC, Luz para Todos os brasileiros, Minha Casa, Minha Vida, Creches nos Municípios do país, Saneamento Básico (uma vergonha nacional), Infraestrutura precária, Reforma Agrária, Reservas Naturais, Educação Ambiental, Mais Médicos, Cisternas no nordeste e outros mais)

para, num processo de “colocar fogo de encontro ao fogo do adversário”, transformar a ação governamental em ação qualitativa popular envolvendo o Congresso Nacional, marcadamente opositor, e as forças democráticas ligadas às camadas populares, a exemplo do que se vira no nordeste brasileiro por ocasião da anterior eleição presidencial de Lula e Dilma. Ter o apoio da quantidade (isto é, das camadas populares e da classe média remediada) é qualidade decisiva para a manutenção do poder conquistado nas urnas.

É preciso entender que a elite conservadora sempre procurou desvalorizar a ação popular, mais à esquerda, designando-a de “populismo”; e, para enfrentar a direita será preciso realizar ações que efetivamente ajudem as camadas populares e, nesse sentido, não se deve esquecer a advertência de José Martí de que “o fazer é uma maneira de dizer”.

No episódio do impedimento da Presidente Dilma a ação da Televisão foi marcante como fator de convencimento e ou entorpecimento da população no sentido de evidenciar que as “pedaladas fiscais” foram atos monocráticos sem a manifestação do Congresso Nacional. A TV cobriu o País todo com jornalistas a “martelar o fato da irresponsabilidade do governo”. Ora, não existe, no Brasil, instrumento mais popular do que a televisão (ainda mais nas mãos dos conservadores conspiradores!).

Vale lembrar que a Ditadura de 1964 muito fez para implantar a televisão em todo o território nacional como estratégia de conseguir certa unidade nacional. Mas, a televisão estava, em 1970, vinculada ao futebol, elemento de unidade nacional como o carnaval, os festivais de MPB, os rodeios, os programas de auditório e, hoje, os programas religiosos oportunistas e novelas importantes. A estratégia do Senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, era conseguir com o instrumento televisivo alcançar a unidade nacional, mesmo que de início, de modo precário ou limitado, colocado a serviço do Brasil Grande proposto pela Ditadura. TV, cooptação, agrados financeiros e manipulação de político e da massa popular são instrumentos políticos geradores de hegemonia em terras brasileiras e constituem formas de Conciliação pelo Alto.

Na década de 1970, Segurança e Desenvolvimento foram os fatores determinantes da “visão” político-econômica cujo bordão básico era “exportar é o que importa” de Delfim Neto. Acontece que “os meios de comunicação” são eficientes e valem para a cultura do entretenimento de largo espectro (como a novela, o futebol, os programas de auditório, o carnaval, os noticiários etc.), mas não fazem vibrar o telespectador e o ouvinte (no caso do rádio) diante de mensagens políticas presentes no horário político gratuito e na “Voz do Brasil”. Recentemente a tentativa de ganhar o público para a dimensão político-social fez com que a TV brasileira, essencialmente conservadora, passasse a valorizar o noticiário televisivo no caso de julgamento do STF (referente ao Mensalão) e no acompanhamento da Lava-Jato, sempre a explorar e evidenciar o oportunismo de desonestos e decadentes da “oposição-situação”.

O governo traidor golpista pós-Dilma sem um projeto de nação (mesmo que modesto) para o País enveredou para o *reformismo*, único espaço para evidenciar a ação presidencial em momento de intensa crise. Os empresários e grandes proprietários rurais que nunca gostaram de pagar impostos vibraram com a queda da Presidente Dilma que ousou propor a retomada do “imposto do cheque”, único meio de alcançar a todos e, de pronto, os endinheirados do País. Não foi sem razão que o presidente da FIESP mobilizou a sociedade contra a justa medida que renderia milhões para a Saúde, e possibilitar o atendimento das populações carentes do SUS e dinamização do projeto “Mais Médicos” de grande alcance social. O empresário, por princípio, não gosta de pagar impostos. Lembro-me de certa ocasião ouvir de um rico a observação de que “faria de tudo para não pagar impostos”. Não é de se admirar, portanto, que muito da legislação governamental contenha brechas por onde se esvai muito recurso devido aos cofres públicos pelos abonados deste país. Não se esqueça, jamais, do dinheiro brasileiro remetido ao exterior pelos bilionários deste Brasil!

De tudo o que disse chego a insólito juízo. Sem honestidade, sem probidade, sem caráter não se pode pensar numa República Federativa decente que possa atender as populações com melhores serviços e melhor padrão de vida para todos. A falta de controle e moralidade na administração da *res publica* significa conviver com a falcatrua, a desonestidade, o engodo e tudo o mais de ruim em termos de ação individual e coletiva. A imoralidade política está ligada a pessoas poderosas que a gente desconhece, até que algum escândalo as coloca em evidência. A parábola do leão e do cordeiro de La FONTAINE, baseada na técnica do fabulista grego Esopo, exprime muito bem a relação de poder entre o superior e o subordinado que tem razão na argumentação, mas não tem força organizada para evitar, no final, de ser devorado.

É de se lamentar que a política nacional não tenha percebido, no mais das vezes, o valor da Moral na construção da República. A esquerda combateu a Moralidade confundindo-a como comportamento próprio da corrupta burguesia dominante e a direita exagerou a importância do comportamento moral caindo no “moralismo” exacerbado. KANT disse, muito bem, que a Moralidade é coisa distinta da legalidade. A Moral é essencial para avaliar a conduta humana e política das pessoas em função de fins e valores considerados positivos à consciência social. Daí, a importância do ir e vir, da legítima defesa, da probidade administrativa, da decência, da transparência, da laicidade, da honestidade, do compromisso, da lealdade, da coragem cívica, do desprendimento, do entendimento, da racionalidade, da publicidade e demais valores importantes para a vida individual e coletiva. Valores importantes e difíceis de serem vividos no interior do modo de produção capitalista preocupado mais em gerar mercadorias, fontes de lucro, do que criar, por dever, as condições de qualidade de vida para as pessoas trabalhadoras da sociedade, incapazes de viver de rendas, como pode o “colarinho branco” capaz de comprar os políticos e “passar por cima de todos”. Desde sempre entendi que todo governo republicano democrático deve estar atento ao movimento dos capitalistas. Para tanto, devem utilizar expedientes que os impeçam de “passar por cima de todos”, porque a força do dinheiro acumulado lhes dá um poder exagerado no interior do modo de produção vigente.

Como será a República Brasileira no futuro? A rigor ninguém tem, hoje, condições de dizer. Vive-se o clima de incerteza. Espera-se que a República seja revigorada, expurgada, reconstruída com base na dialética da Educação e Desenvolvimento Econômico, de tal modo que se tenha no futuro, não muito distante, uma Economia forte e humana para manter uma Educação de quantidade e qualidade e, ao mesmo tempo, que a sociedade brasileira tenha uma Educação significativa, culturalmente séria e rica de conteúdo que impulse uma Economia forte, justa e criadora, dirigida para o benefício real de todos os brasileiros, através do financiamento da Educação Escolar de base, sem discriminação, conduzida por professorado bem formado, pedagogicamente preparado e honestamente remunerado em função da nobre tarefa de educar e instruir o povo. Nesse sentido, tanto a Economia criativa e humana como a Educação criadora de pessoas críticas não podem, ambas, deixarem de construir uma nação socialmente justa, na qual todos serão iguais perante a lei, tenham as mesmas condições de oportunidade para o desenvolvimento da inteligência, do caráter, do conhecimento e da Sociedade. Tarefa, certamente, difícilíssima, mas não impossível para um povo como o brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
DEBRUN, M. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.  
KANT, I. **Crítica da razão prática**. 4. ed. São Paulo: Brasil Editora, 1959.